

Senhores Deputados do Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva da 8ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República.

Conforme solicitado enviamos um curto documento sobre a situações por nós percebida durante o encerramento das escolas bem como algumas propostas que nos parecem merecer ponderação para o próximo ano letivo de 2020/21.

1. Contextualização

A Pró – Inclusão (Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, www.proandee.weebly.com) existe há 12 anos e tem desenvolvido uma abundante atividade de apoio e promoção da Educação Inclusiva. Dispõe de um Centro de Formação Acreditado, edita a revista bianual “Educação Inclusiva”, realiza congressos e simpósios internacionais, e colabora ativamente com projetos desenvolvidos em escolas e com órgãos de soberania.

A Pró – Inclusão tem desenvolvido múltiplas atividades de colaboração com a Assembleia da República nomeadamente na organização e participação em conferências e audições parlamentares. Logo a seguir ao encerramento das escolas em março de 2020, a Pró – Inclusão enviou a todos os senhores deputados da 8ª Comissão um documento sobre “*A intervenção do Professor de Educação Especial em tempos de Pandemia*” que pode ser consultado no nosso site. Há cerca de 10 dias, a Pró Inclusão enviou também a todos os senhores deputados o número mais recente da Revista Educação Inclusiva, editada em formato eletrónico.

Vemos com muito agrado a possibilidade de partilhar com os membros deste Grupo de Trabalho as opiniões que fomos recebendo e com as quais temos vindo a interagir por parte de professores (de Educação Especial e não só) de famílias de direções de escolas, de técnicos e de alunos.

2. Dificuldades

Parece, neste momento existir um levantamento já bastante exaustivo sobre as dificuldades que se fizeram sentir. Elegemos - e bem - o espaço da escola como um espaço de promoção da equidade e de combate à desigualdade e, por este motivo, não é de estranhar que encerrando fisicamente a escola se verifique uma estagnação ou mesmo um retrocesso em termos dos objetivos que tínhamos desenhado para uma escola presencial.

Estes efeitos prejudiciais afetaram de forma ainda mais sensível os alunos com Necessidades Educativas Específicas (NEE). Estes prejuízos podem organizar-se em 5 níveis:

- a) Diminuição do estímulo para o progresso nas aprendizagens dado que muitos alunos se ressentiram por não disporem de um referencial humano presencial para os motivar, corrigir, avaliar e dar retorno ao seu percurso,
- b) Maior dificuldade na autonomia e responsabilização na organização e consecução das tarefas escolares.
- c) Dificuldades de lhes serem propostas atividades relevantes para a sua aprendizagem
- d) Dificuldades divididas ao ambiente físico, emocional e simbólico das suas famílias ou lugares de residência.
- e) Diminuição da intervenção das terapias que tinham ao abrigo dos CRI's ou outras o que levou, em muitos casos a que as famílias reportassem retrocessos.

Todas estas situações levaram a um compreensível aumento de ansiedade e de (ainda) maior incerteza de toda a comunidade escolar e das famílias.

Não faria sentido responder à questão “dificuldades” sem realçar que estas teriam sido incomensuravelmente maiores não fosse a resposta corajosa, cidadã e competente das escolas. Foram-nos reportadas muitas situações em que as famílias foram contatadas diariamente por telefone, por mail, com recurso a forças de segurança ou mesmo bombeiros, em que houve múltiplas visitas domiciliárias e em que os professores de Educação Especial trabalharam no seu posto enviando propostas de trabalho para as famílias e, sobretudo, trabalhando com os seus colegas para que as propostas que eram enviadas para toda a turma fossem diferenciadas de forma a contemplar os alunos com NEE

3. Desafios e Propostas

Pensamos que devemos ser muito prudentes nas propostas que podem ser avançadas para os próximos anos letivos. Se alguma coisa esta pandemia nos ensinou é que vivemos numa realidade frágil, complexa e imprevisível. Com este pensamento como “pano de fundo” avançamos com 5 temas que, fruto destas lições, nos parecem merecer alguma aprendizagem:

1. É essencial encarar o acesso às **Tecnologias Digitais** de forma estruturada e não casuística. Não podemos voltar a ficar ansiosos com alunos sem acesso a meios informáticos, escolas sem acesso a redes de internet, professores e alunos sem competências digitais.

2. Precisamos de reforçar o **apoio aos alunos com NEE**. Este apoio não é só o “apoio direto”. Sabemos hoje que para desenvolver ambientes de inclusão toda a escola tem de estar comprometida. A inclusão é da responsabilidade de toda a escola e não só dos professores de Educação Especial (PEE) e por isso é essencial que o apoio aos alunos com NEE seja dado por cada professor com o apoio dos PEE
3. Temos uma boa oportunidade para repensar o papel e o modelo **Centros de Recursos para a Inclusão**. Há muito que se tem sublinhado que este modelo – inicialmente adequado e útil – seja reformado e repensado para poder continuar a ser útil e pertinente.
4. Precisamos de continuar a apostar na **formação** de todos a comunidade escolar para a Inclusão. Pensamos também que era útil levar esta reflexão mais longe do que o âmbito da formação em serviço e repensar a formação inicial e a formação especializada. A Pró – Inclusão tem propostas concretas para estas matérias.
5. Pensamos que é importante aprofundar a **Autonomia das escolas e a Flexibilidade curricular**. Este aprofundamento poderá conduzir a novas formas de ensinar face a formas distintas de aprender; formas diferentes e não padronizadas de avaliação, diferenciação da intervenção de modo a que, tendo o currículo como base, se possa desenvolver ambientes em que todos os alunos aprendam e juntos.

Em síntese, evocaríamos o Relatório da UNESCO sobre “*A Educação no Mundo Pós – Covid : nove ideias para as políticas públicas*”, publicado a 23 de junho de 2020 (<https://en.unesco.org/news/education-post-covid-world-nine-ideas-public-action>). Neste relatório fica muito claro que não podemos deixar de encarar a Educação como um Bem Comum, que temos de continuar a melhorar o Direito à Educação, preservar o Espaço Social da escola, dispor de tecnologias livres e abertas, melhorar a literacia científica e sobretudo proteger o financiamento nacional e internacional da Educação Pública.

Pensamos que os alunos com NEE serão os primeiros beneficiados com uma Educação Pública que depois desta provação, surja mais diferenciada, mais capaz de educar (com a inerente qualidade) todos com todos.

Almada, 10 de julho de 2020

A Direção da Pró - Inclusão